

Assédio sexual no jornalismo: intersecções presentes na materialização da violência de gênero nas redações de Imperatriz (MA)¹

acoso sexual en el periodismo: intersecciones presentes en la materialización de la violencia de género en las redacciones de Imperatriz (MA)

Sexual harassment in journalism: intersections present in the materialization of gender violence in the newsrooms of Imperatriz (MA)

JANAINA LOPES DE AMORIM², THAISA BUENO³

Resumo: A pesquisa trata das intersecções presentes na materialização do assédio sexual contra mulheres jornalistas que atuam nas redações de Imperatriz, segunda maior cidade do Maranhão. O objetivo é fazer um levantamento dos dados socioeconômico e cruzar com as ocorrências do assédio. O estudo tem cunho qualitativo e adotou como ferramenta metodológica a aplicação de questionário para reunir informações sobre o perfil das sujeitas e entrevistas para as relacionadas ao assédio sexual. Para a interpretação dos dados, utilizou-se a Análise de Conteúdo (BARDIN, 1977). Entre os apontamentos encontrados, estão que questões como raça, idade, estado civil e área de atuação se somam nas opressões de gênero na rotina jornalística do universo pesquisado. Este estudo

¹ Este artigo tem apoio de agências de fomento por meio de pesquisa financiada pelo Edital Universal do CNPq (CNPq/MCTI/FNDCT Nº 18/2021 e Capes (Finance Cod 0001).

² Doutoranda em Ciências da Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação Cultura e Amazônia, bolsista Capes, mestra em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Maranhão, jornalista pela Universidade Federal do Maranhão. E-mail: jannaina.amorim@gmail.com.

³ Professora adjunta de Jornalismo na UFMA. Docente permanente no Programa de Pós-graduação (Mestrado em Comunicação) na mesma instituição. Jornalista pela UFMS, doutora em Comunicação Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e mestra em Letras pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. E-mail: thaisabu@gmail.com

pretende contribuir e ampliar as discussões sobre as assimetrias e violência de gênero no jornalismo.

Palavra-chave: Assédio Sexual; Intersecções; Jornalismo.

Resumen: La investigación trata sobre las intersecciones en la materialización del acoso sexual contra mujeres periodistas que actúan en las redacciones de Imperatriz. El objetivo es realizar un relevamiento de datos socioeconómicos y cruzarlos con ocurrencias de acoso. Entre los apuntes encontrados, están que cuestiones como la raza, la edad, el estado civil y el área de actividad suman opresión de género en la rutina periodística. Este estudio pretende contribuir y ampliar las discusiones sobre asimetrías y violencia de género en el periodismo.

Palabras clave: Acoso sexual; Intersecciones; Periodismo.

Abstract: The research deals with the intersections in the materialization of sexual harassment against women journalists who work in the newsrooms of Imperatriz. The objective is to carry out a survey of socioeconomic data and cross-reference it with occurrences of harassment. The study is qualitative in nature and adopted as a methodological tool the application of a questionnaire to gather information about the profile of the participants and interviews for those regarding sexual harassment. For data interpretation, we used Content Analysis (BARDIN, 1977). Among the observations found, we can see that issues such as race, age, marital status and area of activity add up to gender oppression in the journalistic routine. This study intends to contribute and expand the discussions about asymmetries and gender violence in journalism.

Keywords: Sexual Harassment; Intersections; Journalism.

Introdução

Este trabalho investiga o assédio sexual praticado contra mulheres jornalistas que atuam nas redações de Imperatriz, segunda maior cidade do Maranhão, no Nordeste brasileiro. A proposta foi levantar o perfil das profissionais e fazer o cruzamento dessas informações com as ocorrências do assédio. O objetivo é entender como questões de idade, raça, instrução, entre outros, interferem na sujeição das profissionais submetidas a essa violência, além de até que ponto essas diferenças interferem ou não nesse tipo de crime.

Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa com abordagem qualitativa (MARCONI & LAKATOS, 2003) que adotou como ferramenta metodológica o questionário para coleta dos dados socioeconômicos e entrevistas abertas

para informações relacionadas ao assédio (DUARTE & BARROS, 2016), ambos aplicados de forma presencial e individual. Já a interpretação do material de campo foi balizada pela Análise de Conteúdo (BARDIN, 1977).

A investigação quer contribuir para a discussão sobre a temática do assédio sexual no campo do Jornalismo na atualidade. Isso porque, apesar dos danos para a saúde da vítima, causando estresse e depressão (ALMEIDA, 2016), e para a rotina jornalística, já que as vítimas passam a evitar o assediador (AMORIM, 2021), o tema ainda é pouco investigado. O levantamento realizado com publicações de 2009 a 2019, no Banco de Dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), anais da Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJOR) e nas revistas Famecos, Galáxia e Estudos Feministas, com as palavras-chave: assédio + jornalistas + mulheres, identificou apenas duas pesquisas que tratavam do assédio sexual e, ainda assim, de forma tangencial (AMORIM, BUENO, 2019).

No entanto, essas práticas são recorrentes em várias redações pelo país. De acordo com a pesquisa da Abraji (2017), 70,4% das mulheres jornalistas de um universo composto por 477 mulheres que atuam em 271 veículos diferentes, das cidades de São Paulo, Brasília, Rio de Janeiro e Porto Alegre, afirmaram já terem recebido cantadas que as deixaram desconfortáveis e 10,7% receberam propostas de favores sexuais em troca de algum benefício profissional ou material. Outro, realizado em Curitiba (PR), conta que casos de assédio foram relatados por 46% das jornalistas (PORTELA, 2018).

Desse modo, acreditamos na necessidade de investigações como a proposta neste artigo para aprofundar a discussão sobre o tema num país continental como o Brasil, ajudando a avaliar a realidade das jornalistas que atuam fora dos eixos mais centrais do país. Além disso, estudar o tema é uma maneira de evidenciar uma violência silenciosa que tem prejudicado a saúde, a rotina e a carreira das jornalistas.

Ser mulher jornalista: A feminização do campo e os percalços do caminho

A hierarquização do trabalho pode ser visualizada na separação entre atividades consideradas femininas e masculinas (ANDRADE; ASSIS, 2018) e pela maior valorização das masculinas. Essa situação também acontece entre mulheres brancas e não-brancas, resultando em uma estratificação que pode

ser notada pela pouca quantidade de pretas em cargos de prestígio social e econômico.

Tais assimetrias são encorpadas ao jornalismo desde o início da ocupação feminina na área, quando elas eram ridicularizadas sob a premissa de que deveriam se preocupar com o trabalho doméstico, visto como responsabilidade exclusivamente feminina (CASADEI, 2011; SANTOS; TEMER, 2016). O perfil dessas profissionais carrega marcas assimétricas entre as próprias mulheres: eram brancas e de classe média, já que as demais não possuíam acesso à educação formal, um pré-requisito fundamental para o jornalismo. Essa postura reflete a divisão sexual do gênero⁴, na qual são atribuídas às mulheres as atividades relacionadas ao cuidado, também sob a questão racial, que afasta as pretas de oportunidades de ascensão devido à negação a elas de direitos básicos como a educação.

Porém, as adversidades não impediram a crescente participação das mulheres no jornalismo. Em 2021, segundo um levantamento do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), que ouviu 7 mil profissionais, aponta que elas são maioria, com 58%. Cabe pontuar que essa forte presença das mulheres não foi necessariamente uma consequência do avanço social. Ela aconteceu por uma série de fatores, como necessidade do mercado atrelada à expansão das universidades, o que permitiu que se qualificassem e entrassem na área (ROCHA; SOUSA, 2011).

Quando se trata do jornalismo contemporâneo, essas assimetrias também se fazem presentes. As jornalistas ainda estão à mercê das decisões masculinas. Elas são maioria nas redações, tem galgado espaço, mas ainda ocupam espaços de chefias intermediárias enquanto os homens, no topo, tomam as decisões mais importantes. Consequentemente, o jornalismo continua sendo um universo marcado pelo masculino (VEIGA, 2012; BANDEIRA, 2019).

O perfil dos jornalistas é constituído de profissionais “jovens, mulheres, multiplataformas, com vínculos precários de trabalho, baixos salários e sem condições editoriais de realizarem jornalismo independente” (FIGARO;

⁴ Gênero é entendido como sistema de relações sociais e, por isso, se trata de uma construção cultural (SCOTT, 1995) atravessada por interseccionalidades que interferem na subalternização. Entre as próprias mulheres, há um desnivelamento conforme variáveis como classe, raça, tempo e lugar, colocando-as em posições diferentes de poder e incorporando formas diferentes opressões e expressando a multiplicidade dos padrões de dominação. Assim, negras, pobres e sem escolaridade, por exemplo, estão em posição social de maior desvantagem (BIROLI; MIGUEL, 2015).

NONATO, 2017, p. 47). Em relação às mulheres, as marcas das assimetrias de gênero e raça são semelhantes aos dos demais campos (FÍGARO, 2018). Mas somam-se às jornalistas fatores específicos, como a destinação a elas de pautas de menor prestígio, o que se configura como algo que barra suas projeções profissionais e a densificação do trabalho, devido à aceleração do tempo e do ritmo de trabalho (FÍGARO, 2018).

Outra questão que merece destaque é que há outros lugares de subordinação que não só o de ser mulher. Deste modo, neste artigo, adotamos uma perspectiva interseccional, que leva em consideração a interação das diversas formas subalternização, como gênero, raça e classe (GONZALEZ, 1984; DAVIS, 2016; CRENSHAW, 1991). No caso deste estudo, há ainda o fato de serem mulheres geograficamente periféricas. As entrevistadas são jornalistas localizadas na região amazônica, Nordeste brasileiro, em uma cidade do interior do Maranhão.

No meio do caminho, há o assédio

O debate em torno do assédio sexual é recente em vários âmbitos. No Brasil, o assédio sexual foi tipificado em 2009, pelo Código Penal, Artigo 216, que estabelece pena de detenção de um a dois anos para quem constranger alguém para “obter vantagem ou favorecimento sexual, prevalecendo-se o agente da sua condição de superior hierárquico ou ascendência inerentes ao exercício de emprego, cargo ou função”. Do ponto de vista acadêmico, o termo passou a ser utilizado pelas feministas americanas nos anos 1970 para se referir como uma prática de violência de gênero, sendo o primeiro estudo sobre o assunto de 1996, realizado pelo sueco Heinz Leymann (FREITAS, 200; ALEMANY, 2009).

O assédio é considerado como uma investida que tenha a intenção de obter favorecimento sexual (HIGA, 2016) ou um ato realizado simplesmente com intenção discriminatória (NUNES; REGO, 2011), não desejado pela vítima, constrangendo e afetando a integridade física ou moral. Engloba gestos, conversas ou expressões indesejadas de cunho sexual, contato físico não desejado, pressão para encontros, exibicionismo (DIAS, 2008), oferecimento de benefícios em troca de sexo, elogios repetidos que podem ser tanto relacionados ao corpo, aparência ou qualquer outro atributo da vítima. Essas ações podem ser proferidas oralmente ou escritas, enviadas por meio de cartas, bilhetes ou canais da internet e podem ocorrer explicitamente ou não

(CAMPAGNOLI; MANDALOZZO, 2013). Cabe pontuar que existem casos em que a pessoa assediada nem sempre se reconhece como tal devido à naturalização desta violência. Outro ponto importante é que nem sempre a pessoa vitimada tem condições de reação pelas múltiplas posições de subalternidade às quais está submetida.

O assédio pode ser classificado como vertical, quando o agressor ocupa um cargo superior ao da vítima, e horizontal, quando é praticado pelos colegas de trabalho (NUNES; REGO, 2011; DUARTE; SOARES, 2014). Segundo pontua Freitas (2001), o vertical é a forma mais corriqueira e nele o assediador dispõe de modos de penalização da vítima caso haja a recusa, o que deixa explícita a diferença entre convite e intimidação (FREITAS, 2001).

No entanto, há várias lacunas. No âmbito jurídico, falta a “disposição sobre prevenção, sanção e responsabilidade” (BARROS, 1995, p. 34), além do reconhecimento de que o crime pode ser praticado não só por pessoas em hierarquias superiores, mas também por iguais, inferiores e agentes externos com as quais a vítima tem contato corriqueiro.

Tais brechas acabam contribuindo para a legitimação dos comportamentos sexuais violentos do homem em relação às mulheres, principalmente levando em conta o machismo estrutural presente na sociedade que, entre outras coisas, leva a mulher a ser questionada na intenção de justificar o crime de assédio. Isso se agrava se pensarmos que há “comportamento institucionalizado” (FUKUDA, 2012, p. 113) em nossa cultura, em que as investidas masculinas de cunho sexual são privilegiadas, mesmo diante da negativa, pois essa conduta muitas vezes é vista como parte do “jogo da conquista”.

Metodologia

Este artigo traz uma abordagem qualitativa, por se tratar de um tema que está diretamente ligado à subjetividade e por ter como intuito compreender os significados presentes nas ações humanas (MARTINO, 2018). As ferramentas de coleta de informações foram questionários para o levantamento de dados socioeconômicos e entrevistas abertas em profundidade para questões relacionadas ao assédio sexual (DUARTE, 2006). Ambos foram realizados de forma presencial e individual, entre 22 e 30 de julho de 2019, com 19 profissionais, das 23 que atuam nas redações de Imperatriz. Trata-se da segunda maior do Maranhão, que possuía, em 2020, seis emissoras de TV,

todas com jornais locais, um jornal impresso, três sites de notícias e sete rádios (LIMA, 2020). Cabe pontuar que o levantamento exploratório desse estudo identificou que o único impresso da cidade não admitia mulheres entre o quadro de profissionais que trabalham como jornalistas.

Foi assegurado às entrevistadas o anonimato. A ideia foi deixá-las seguras para falar abertamente sobre o assunto e evitar possíveis retaliações. Por isso, foram utilizados pseudônimos que homenageiam as mulheres pioneiras na comunicação, sendo eles:

- Maria Benedicta Camara Bormann, dos jornais *Gazeta da Tarde, A Família e O Paiz*
- Maria Lacerda de Moura, do *A Tribuna*
- Francisca Senhorinha da Mota Diniz, do *O Sexo Feminino*;
- Júlia Lopes de Almeida, um das poucas a viver da escrita, que escreveu para *O Paiz e A Semana*;
- Narcisa Amália de Campos, que escreveu para *O Rezendense, Diário Mercantil de São Paulo, A Família e O Garatuja*.

A interpretação de dados foi balizada pela Análise de Conteúdo, conjunto de técnicas que permite analisar um texto fazendo a inferência para o contexto social, tendo como fases a descrição, interpretação e, por último, a dedução (BARDIN, 1977).

Dados do campo: Quem são as mulheres jornalistas de Imperatriz e qual a relação desse perfil com o assédio sexual

Traçar o perfil socioeconômico das jornalistas é fundamental para conhecer as condições objetivas em que as interlocutoras desta pesquisa estão inseridas para, assim, entender as forças e as relações que atravessam as rotinas destas profissionais. Isso tendo em vista que as formas culturais, sociais, étnicas e de gênero são marcadores de diferenciação (HALL, 2003), inclusive de organização de forças de trabalho, formas de exploração e de violências de gênero.

Este artigo traz dados que permitem traçar relações entre concepções e as ocorrências de assédio e perfil das vítimas. São informações sobre cor, idade, estado civil e escolaridade das jornalistas que atuam nas redações de Imperatriz.

A maioria das mulheres que compõe a redação dos veículos de comunicação de Imperatriz tem entre 25 e 34 anos (TABELA 2).

Tabela 1 – Dados sobre idade

Até 24	25 a 34	35 a 44	45 ou mais
1	14	2	2

Fonte: Dados de pesquisa de campo (2019)

Essa característica etária reflete um panorama mais geral da cidade, onde, segundo o IBGE (2010), há 247.505 habitantes, sendo 51,8% mulheres, majoritariamente jovens, de 20 a 24 anos, aliado à implantação, em 2005, do curso de Jornalismo na Universidade Federal do Maranhão em Imperatriz, gerando a possibilidade de profissionalização, que prevalece como requisito para contratação, mesmo diante da queda da obrigatoriedade do diploma em Jornalismo. Inclusive, a maior parte das mulheres que compõem este estudo é formada por essa instituição.

Em 2010, ano em que o curso formou a primeira turma em Imperatriz, somando profissionais graduadas ou de carreira, as mulheres que atuavam no Jornalismo correspondiam a apenas 19% dos profissionais atuando na área (MORAIS, 2010). Informações mais recentes mostram que o curso forma majoritariamente mulheres: 68,6% (GEHLEN; BUENO; SILVA, 2018), o que confirma a influência da universidade para a feminização da área, já que a profissionalização é, historicamente, uma porta de entrada das mulheres no Jornalismo. Outro estudo confirma essa realidade, mostrando que o quadro profissional é composto por 33 jornalistas, sendo 21 com graduação na área e majoritariamente do sexo feminino (CARNEIRO, 2020).

O fato de as mulheres serem maioria nas redações aumenta a sensação de segurança delas. “Eles se vigiam mais por conta da quantidade de mulheres que tem. Não sei, se fosse o contrário, se eles fariam o mesmo, não tenho como garantir isso” (CAMPOS, 2019 [entrevista]). No entanto, não é um fator impeditivo para que o assédio ocorra, o que pode ser resultado da cultura organizacional machista do Jornalismo que continua reproduzindo comportamentos opressivos.

A idade também é um fator importante quando o assunto é assédio, segundo a percepção de sete das mulheres entrevistadas, a maior parte delas na faixa etária de 25 a 34 anos. As falas variam de mais enfrentamento até menos recorrência. As que disseram sofrer menos assédio atribuem isso a “mais respeito” dado a elas pelos pares em decorrência do tempo de carreira e da

idade, o que pode ser resultado também da intensificação e, consequentemente, da internalização do debate sobre o assédio, que conforme já pontuado, é algo recente. O respeito referido é resultado, como elas mesmas apontaram, da adoção de uma postura mais rígida, que requer um esforço extra da profissional. As mulheres com mais tempo de carreira, que normalmente são as com mais idade, sentem que são menos assediadas.

As jornalistas mais experientes contam ainda que, quando mais jovens, era mais difícil lidar com essa prática, atribuindo isso à sua falta de experiência. A reação dessas profissionais pode ser um dos motivos que leva os assediadores a evitar esse tipo de vítima, já que as mulheres com mais tempo de carreira declararam ter mais facilidade em rebater o assédio.

É porque também eu acho que eu era muito besta, foi o meu primeiro emprego. Eu, hoje mesmo, se uma pessoa falasse aquilo pra mim, eu acho que eu metia a mão na cara (BORMANN, 2019 [entrevista]).

Essa mesma jornalista conta que atualmente lida de forma diferente e rebate a diversas situações machistas, independentemente da hierarquia do agente. Isso pode ser resultado de diversos fatores: menor medo da demissão; conquista da amizade dos colegas; e a promulgação das leis que versam sobre o assédio, que é uma conquista recente e ocupação de posição de chefia, que permite a muitas dessas mulheres terem essa postura de embate hoje.

Já no que diz respeito à escolaridade das mulheres jornalistas, praticamente todas possuem nível superior e parte considerável possui especialização. Cabe ponderar que, em 2019, quando os dados desta pesquisa foram coletados, foi implementado o Mestrado em Comunicação na Universidade Federal do Maranhão em Imperatriz, o que pode explicar a inexistência, até então, de jornalistas com esse grau de aperfeiçoamento, já que até esse período os programas de pós-graduação em Comunicação mais próximos da cidade ficavam a pelo menos 600 quilômetros de distância, como os programas de Belém (PA) e Palmas (TO).

Tabela 2 – Dados sobre escolaridade

Médio	Superior	Especialista	Mestrado	Doutorado
1	13	5	0	0

Fonte: Dados de pesquisa de campo (2019)

Porém, a escolarização não foi um impedimento para a prática de assédio, já que todas as entrevistadas disseram já terem sido vítimas e nenhuma relatou qualquer diferenciação em relação a isso. Esse aspecto chama a atenção, já

que, para o assediador, o conhecimento, a profissionalização ou o papel social do Jornalismo não são barreiras ou questões que o façam repensar a sua postura.

Outro dado levantado diz respeito ao estado civil das mulheres, cuja quantidade de solteiras e casadas é praticamente a mesma.

Tabela 3 – Dados sobre estado civil

Casada	Solteira
9	10

Fonte: Dados de pesquisa de campo (2019)

Embora essa informação não traga diferenças significativas em termos quantitativos, já que houve ocorrência de assédio com todas as entrevistadas, os relatos apontam abordagens diferentes quando a profissional tem um cônjuge ou namorado, em que até mesmo o casamento chega a ser usado na abordagem.

Quando eu apresentava jornal, um entrevistado ou outro, pessoalmente, ele insinuava algum tipo de coisa. “Ah, você é linda”, “Ai, se eu fosse seu marido, eu lhe tratava desse jeito, você não pisava nem no chão e tal e tal”, mas assim, a gente sabe quando é um elogio sem intenção e a gente sabe quando é o elogio (MOURA, 2019 [entrevista]).

Em alguns casos, as investidas até param quando o assediador percebe a figura masculina, em uma demonstração de que o respeito não é atribuído à profissional, mas a seu parceiro, um sujeito externo e ausente do ambiente de trabalho, mas que é considerado pelo simples fato de ser homem. Essa situação reforça a existência de uma organização social de gênero alimentada diariamente, em que a figura masculina é a respeitada e referenciada, levando inclusive a sociedade a tolerar as violências praticadas contra as mulheres (SAFFIOTI; ALMEIDA, 1995). Além disso, a própria reação das vítimas de recorrer à imagem masculina reforça essa dominância.

Ainda em relação à cor das entrevistadas, quatro se consideram pardas; uma, preta; outra, branca⁵; e uma se declarou indígena (Tabela 2). Cabe pontuar que nenhuma preta ou indígena ocupa posição de chefia.

Tabela 4 – Dados sobre cor

Amarela	Branca	Indígena	Parda	Preta
0	4	1	10	4

Fonte: Dados de pesquisa de campo (2019)

⁵ Essa categorização segue a utilizada pelo IBGE (2010), que faz uso de autodeclarações fechadas.

É relevante destacar que a cidade de Imperatriz é um polo regional, inclusive educacional, atendendo a municípios vizinhos como Amarante do Maranhão, Montes Altos, Arame e Porto Franco, os quais, segundo o IBGE (2010), estão entre as cidades com maior população indígena no Maranhão, o que torna esse quadro de apenas uma jornalista indígena ainda mais preocupante. A cidade tem 107.540 mulheres, destas 40.206 são brancas, 9.370 pretas, 1.813 amarelas, 76.603 pardas e 286 indígenas.

Esses contrates são um reflexo da situação de exclusão das minorias em vários contextos sociais. A pequena participação das mulheres indígenas em profissões que exigem mais qualificação ou *status*, como proprietárias de empreendimentos ou posições de comando – espaços que requerem competição social ou que representam posição de poder –, é uma expressão das desigualdades raciais e sociais decorrentes da construção histórica e sociopolítica, onde não só a escravização em si contribuiu para essas assimetrias, mas também um projeto de marginalização que afasta estas camadas das oportunidades de ascensão social.

Em relação às mulheres pretas, embora sejam maioria, nenhuma delas ocupa o cargo de chefia, o que mostra a dificuldade de alcançarem espaços de destaque. Isso mostra que elas se escolarizaram, ocuparam o campo, mas se beneficiam menos do retorno da educação, já que ocupam cargos de menor prestígio e, consequentemente, possuem remuneração mais baixa, configurando uma discriminação ocupacional (GONZALEZ, 1984). Neste caso, não basta falar em divisão sexual do trabalho, mas em divisão sexual e de raça que se estrutura sob um viés racista, constituída de uma construção ideológica e de um conjunto de prática que destina a mulheres pretas lugares de múltiplas sujeições.

Sobre o assédio, há particularidades quando a análise é feita considerando o viés da cor, que é sempre citada pelos assediadores, conforme relatado por uma das entrevistadas: “Agora, tu me fez uma pergunta que eu não sei te responder. Mas eu poderia dizer que sim, por comentários do tipo ‘uma morena dessa’” (OLIVEIRA, 2019 [entrevista]). Segundo ela, essa situação é tão comum que nem sempre as vítimas se dão conta da sexualização do corpo das mulheres negras, mostrando o quanto esses atos estão cristalizados. Vale destacar que a maior parte das jornalistas não é branca, o que dá a dimensão de como esse tipo de assédio relacionado à cor da pele é corriqueiro.

Quando a violência e a sua arbitrariedade são dadas como fatos corriqueiros e são negligenciados, não são questionados os sentidos ou a motivação para

tais acontecimentos, pois ninguém questiona o que é óbvio para todos (ARENDT, 1970). Percebemos, então, o quanto essa naturalização é preocupante, já que facilita a manutenção da violência, uma vez que ela não é sentida pela vítima e, se não é sentida, não existe, pelo menos na perspectiva dela, dificultando a problematização ou qualquer outra reação diante da situação.

É importante ponderar que, nesse caso, há atravessamentos de discriminação no assédio sexual, por serem mulheres e por serem negras (SAFIOTTI, 1987), já que estão em dois grupos que historicamente foram subordinados, expressando a interseccionalidade dessa violência (BUTLER, 2003, GONZALEZ, 1984; DAVIS, 2016), assim como a multiplicidade dos padrões de dominação e, consequentemente, das subalternidades (BIROLI, MIGUEL, 2015).

Quando o assediador cita a cor da pele preta, fica nítido que essa é uma marca discriminatória da hipersexualização específica às mulheres negras, já que o mesmo não foi relatado pelas brancas, refletindo que as mulheres não são uma categoria unitária e que há configurações específicas dentro das relações de gênero (LEITE, 2015).

Outro dado interessante é que em todas as empresas onde a pesquisa foi realizada, são as mulheres que chefiam as equipes, porém em cargos intermediários. Elas organizam o veículo, sua rotina e seu funcionamento, mas estão subordinadas a pessoas com hierarquia superior que tomam as decisões mais importantes, sendo esses cargos, na maioria das vezes, ocupados por homens. Dessa forma, não cabe a elas o gerenciamento de casos que envolvem assédio.

Em relação à área de atuação, em Imperatriz, a maioria das mulheres trabalha na TV, o que pode ser um reflexo da estrutura desses veículos, que são maiores e contratam um maior número de profissionais. É relevante pontuar que a maior parte das mulheres que trabalha em rádio também desempenha funções nos demais veículos da mesma empresa, como sites e TV, mas foram consideradas neste estudo a área em que elas têm atuação predominante. Proporcionalmente, houve mais relatos de assédio na TV, com 29 ocorrências, seguido do rádio, com 4, e do portal, com 3 casos.

Tabela 5 – Dados sobre área de atuação

TV	Rádio	Portal
13	4	3

Fonte: Dados de pesquisa de campo (2019)

Há algumas particularidades na relação entre a área de atuação e o assédio, como o praticado pela audiência, que apareceu nos relatos das trabalhadoras da TV. “Mais o público, telespectador. Tem um caso que eu cheguei a ficar com medo, ano passado. Ele tirava foto meu todo dia, ao vivo, no jornal, da TV. ‘Você tá linda, isso e aquilo’” (ALMEIDA, 2019 [entrevista]).

Um estudo realizado nos Estados Unidos que trata do assédio contra jornalistas praticado on-line e pela audiência mostra que as profissionais do Jornalismo que trabalham com TV são mais assediadas devido à visibilidade proporcionada por esse tipo de veículo, que trabalha mais com a imagem e, consequentemente, com marcadores físicos, em comparação a outros meios, como o rádio, por exemplo (LEWIS; ZAMITH; CODDINGTON, 2020). Embora o recorte seja mais específico, ele mostra que essa situação não é exclusiva das redações de Imperatriz e pode indicar uma tendência na área.

Além disso, há o fato de os maiores veículos de Imperatriz serem os de TV, o que pode incidir sobre a conexão com público. A relação estreita do público é mais comum em organizações menores e pode ser um atenuante em relação a recorrência do assédio devido à identificação com a profissional. Quanto maior o veículo, maior e mais difusa é a audiência e, consequentemente, a possibilidade de assediadores (LEWIS; ZAMITH; CODDINGTON, 2020).

Outra particularidade é que as mulheres que trabalham em um ambiente fora da empresa, na execução das reportagens, foram apontadas também pelas demais profissionais como as mais expostas ao assédio por terem contato com um número maior de pessoas. Inclusive, as áreas que mais foram citadas são as que têm mais contato físico com as fontes ou com a audiência.

Esses dados confirmam que há uma hierarquização entre os trabalhos no jornalismo, em que o masculino é mais valorizado que o feminino. Deixam claro que os gêneros não gozam do mesmo reconhecimento e que alguns podem ou valem mais que outros (LOURO, 2011), diferenciação que pode ser aplicada entre as próprias mulheres, que sofrem diferentes formas de discriminação conforme características como raça, idade, tempo de carreira. Toda essa condição dialoga e corrobora a prática do assédio, numa expressão do quanto essa objetificação é estrutural, já que ela acontece até mesmo no universo do trabalho e apesar do respaldo social que tem a figura da/o jornalista.

Considerações finais

Conclusivamente, as mulheres são maioria nas redações de Imperatriz. Elas são 23, segundo mapeamento deste estudo, dos 33 que compõem o quadro de profissionais da cidade (CARNEIRO, 2020) e estão em ascensão profissional, já que as redações são predominantemente chefiadas por mulheres. A maior parte dessas profissionais possui nível superior, reflexo da chegada do curso de jornalismo na Universidade Federal do Maranhão em Imperatriz, em 2005, tendo em vista que a profissionalização é, historicamente, uma porta de entrada das mulheres no Jornalismo. Porém, elas ainda ocupam cargos intermediários. Isso significa que as decisões mais importantes são tomadas por pessoas que estão acima delas, normalmente homens. Por isso, elas não têm gerência sobre os casos de assédio, foco desse estudo.

Porém, nem a quantidade de mulheres nas redações, sua escolarização ou posição organizacional são fatores que inibem a prática do assédio sexual, o que mais uma vez demonstra a hierarquização entre o masculino e o feminino e a objetificação das mulheres. Tal situação impacta tanto na carreira destas profissionais que dispensam oportunidades de trabalho para evitar contato com assediadores, e também notícias, já que as fontes, peças fundamentais para a construção das matérias, estão entre os principais assediadores (AMORIM, 2021).

Em relação à cor da pele, a maioria se declarou parda e dentre elas nenhuma ocupa posição de chefia, que é constituída por mulheres que se identificam como brancas. Ademais, essa característica é também uma marca utilizada pelos assediadores em suas abordagens, em uma expressão da hipersexualização. Essa realidade expressa as assimetrias tanto da divisão racial, quanto da divisão sexual do trabalho. Entretanto, nem sempre as vítimas reconhecem essa interseccionalidade entre gênero e cor, um resultado da imposição do poder e da internalização, do reconhecimento e da aceitação dos termos de um acordo tácito construído socialmente. Porém, é importante ressaltar que essa sujeição é realizada com base em um discurso que não é escolhido por aquelas que estão em situação de opressão (BUTLER, 2017).

Apesar de o casamento não influenciar na recorrência do assédio, já que todas são vítimas, as entrevistadas sentem que essa é uma questão para os assediadores. A presença da figura masculina é um fator que pode contribuir para que a violência não ocorra e também uma ferramenta de autoproteção, pois muitas das profissionais recorrem a postagens de fotos com os companheiros. Isso mostra que, neste cenário, o que impõe respeito é a

presença do homem e não a da profissional, que é reduzida a itens dos desejos hegemônicos masculinos (MAGALHÃES, 2011).

Cabe pontuar que o corpo é nossa principal representação e peça de afirmação pessoal no mundo, e por isso a posse do corpo perpassa questões identitárias e existenciais. Ser dona do corpo significa ser dona da própria existência e ter liberdade de circular nos espaços públicos. As questões que envolvem as mulheres e seus próprios corpos fazem parte de um projeto de expropriação, dominação e degradação social (FEDERICI, 2004). Por essa razão, muitos comportamentos abusivos podem, em algum momento, não ser considerados, pela sociedade de forma geral, como assediosos.

Se considerarmos que os meios de comunicação são fundamentais para a circulação de conhecimento, que seus produtos são reflexos das normas culturais e que envolvem o conhecimento de quem produz, essa é uma realidade inquietante e que necessita de aprofundamento e, por isso, os apontamentos deste estudo não são estanques. Tanto essas como outras questões precisam ser respondidas – como, por exemplo, o reflexo nas notícias dessa lógica de funcionamento marcada pela misoginia, além da própria natureza da pesquisa em ciências sociais, que é dinâmica. Essa realidade não pode ser estanque, para que as mulheres não continuem sofrendo múltiplas discriminações que, no caso das jornalistas, são interseccionais: são alvo de preconceito por serem mulheres, jovens, negras e assim sucessivamente.

Bibliografia

- ABRAJI. Gênero e Número. **Mulheres no jornalismo Brasileiro**. Relatório, 2017.
- ALMEIDA, Rodrigo de Souza. **Doenças Psíquicas decorrentes do assédio moral**. Trabalho de Conclusão de Curso. Curso de Direito, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2016.
- ALEMANY, Carme. Assédio Sexual. In: HIRATA, Helena *et al.* (org.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora Unesp, 2009.
- ANDRADE, Cristiane Batista; ASSIS, Simone Gonçalves. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, 2018. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/2317-369000012917RBSO>>. Acesso em 20 de junho de 2019.
- AMORIM, Janaina Lopes de. O corpo está no contrato? Estudo sobre as ocorrências de assédio sexual contra mulheres jornalistas nas redações de Imperatriz. Dissertação de Mestrado. Comunicação, Universidade Federal do Maranhão, 2021.
- AMORIM, Janaina Lopes de; BUENO, Thaisa. Mulheres jornalistas em pauta: Estado da Arte sobre assédio moral e sexual no Brasil. **Revista Pauta Geral-Estudos em Jornalismo**, Ponta Grossa, v. 6, n. 2, p. 153-170, Jul/Dez, 2019.
- ARENTE, Hannah. **On Violence**. New York, Harcourt, Brace & World, 1970.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARROS, Alice Monteiro de. O assédio sexual no direito do trabalho. **Revista do Tribunal de Trabalho da Terceira Região**, n.º 54, 1995.

BANDEIRA, Ana Paula Bornhausen da Silva. **Jornalismo e feminização da profissão:** um estudo comparativo entre Brasil e Portugal. Tese (Doutorado em Comunicação). Universidade Federal de Pernambuco: Recife, 2019.

BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luís Felipe. Gênero, raça, classe: opressões cruzadas e convergências na reprodução das desigualdades. **Mediações – Revista de Ciências Sociais**, vol. 20, n. 2, 2015.

BRASIL, Lei nº 13.718/18, de 24 de setembro de 2018. **Presidência da República**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Lei/L13718.htm Acesso em 9 de setembro de 2019.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero.** Feminismo e Subversão da Identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____ **A vida psíquica do poder:** teorias da sujeição. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

CAMPAGNOLI, Adriana de Fatima Pilatti Ferreira; MANDALOZZO, Silvana Souza Netto. Sexo e poder nas relações de emprego: uma breve análise sobre o assédio sexual. **Revista eletrônica [do] Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região**, Curitiba, PR, v. 2, n. 16, p. 148-158, mar. 2013.

CASADEI, Elisa Bachega. A inserção das mulheres no jornalismo e a imprensa alternativa: primeiras experiências do final do século XIX. **Revista ALTERJOR.** Grupo de Estudos Alterjor: Jornalismo Popular e Alternativo (ECA-USP) Ano 02. Vol. 01. Edição 03. Janeiro-Junho de 2011.

CARNEIRO, Thaynara Leite Freitas. **A identidade profissional dos jovens jornalistas de Imperatriz.** Trabalho de Conclusão de Curso. Curso de Comunicação Social. Universidade Federal do Maranhão, 2020.

CRENSHAW, Kimberlé. **Mapeando as margens: interseccionalidade, políticas de identidade e violência contra mulheres não-brancas.** 2017. Tradução de Carol Correia. Disponível em: <https://medium.com/revista-subjetiva/mapeando-as-margens-interseccionalidade-pol%C3%ADticas-de-identidade-e-viol%C3%Aancia-contra-mulheres-n%C3%A3o-31d7c2a33ca5>. Acesso em: 22 de jun. de 2023.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe.** São Paulo: Boitempo, 2016.

DIAS, Isabel. Violência contra as mulheres no trabalho: o caso do assédio sexual. **Sociologia, Problemas e Práticas.** 2008.

DUARTE, Bento Herculano; SOARES, Fernanda de Carvalho. O assédio moral no ordenamento jurídico brasileiro. **R. Fórum Trabalhista – RFT.** Belo Horizonte, ano 3, n. 11, p. 21-47, mar./abr. 2014.

DUARTE, Jorge, BARROS, Antônio. **Métodos e técnicas de pesquisa em Comunicação - 2ª ed.** São Paulo: Atlas, 2006.

DUARTE, Jorge. Entrevista em profundidade. In: DUARTE, J.; BARROS, A. (Org.). **Métodos e técnicas da pesquisa em Comunicação.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa:** mulheres, corpo e acumulação primitiva. Tradução Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2014.

FREITAS, Maria Ester de. Assédio moral e assédio sexual: faces do poder perverso nas organizações. **RAE - Revista de Administração de Empresas.** v. 41 . n. 2, abr-jun de 2001.

FIGARO, Roseli; NONATO, Cláudia. Novos ‘arranjos econômicos’ alternativos para a produção jornalística. **Contemporânea, comunicação e cultura**, v.15, n.01, jan-abr de 2017.

FUKUDA, Rachel Franzan. Assédio Sexual: uma releitura a partir das relações de gênero. **Revista Simbiótica - Universidade Federal do Espírito Santo - Núcleo de Estudos e Pesquisas Indicíarias.** Departamento de Ciências Sociais: Espírito Santo, Brasil, n. 1, 2012.

GEHEN, Marco Antônio; BUENO, Thaís; SILVA, Vanessa di Paula. Quem somos? O perfil educacional do formado em Jornalismo na UFMA de Imperatriz (MA). **Paradoxo.** vol.3| nº2, julho-dez de 2018.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexism na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, 1984. p. 223-244

HALL, Stuart. **Da diáspora Identidades e Mediações Culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003

HIGA, Flávio da Costa. Assédio sexual no trabalho e discriminação de gênero: duas faces da mesma moeda?. **Revista direito GV**. São Paulo. v. 12 n. 2. Mai-agosto, 2016.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)**, 2011.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LEITE, Aline Tereza Borghi. **Profissionais da mídia em São Paulo: um estudo sobre profissionalismo, diferença e gênero no jornalismo**. (Tese de doutorado em Sociologia). Universidade Federal de São Carlos, 2015.

LEWIS, Seth C; ZAMITH Rodrigo; CODDINGTON, Mark. **Online Harassment and Its Implications for the Journalist-Audience Relationship**, Digital Journalism, 2020

LIMA, Lorena Lacerda. **WhatsApp na rotina produtiva do interior: um estudo a partir das perspectivas dos jornalistas de Imperatriz (MA) e Araguaína (TO)**. Trabalho de Conclusão de Curso. Curso de Comunicação Social. Universidade Federal do Maranhão, 2020.

LOURO, Guacira. Educação e docência: diversidade, gênero e sexualidade. **Revista brasileira de pesquisa sobre formação docente**. v. 3, n. 2, jan.-jul. 2011.

MAGALHÃES, Maria José. Assédio sexual: um problema de direitos humanos das mulheres. In: Sani, A. I. **Temas de Vitimologia: Realidades Emergentes na Vitimação e Respostas Sociais**. Coimbra: Editora Almedina, 2011.

MARTINO, Luís Mauro Sá. **Métodos de Pesquisa em Comunicação**: projetos, ideias, prática. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.

MORAIS, William Castro. O perfil do jornalista de Imperatriz nas emissoras de televisão, rádio e jornal impresso. In: BRITO, Nayane; REIS, Rodrigo Nascimento; PINHEIRO, Roseane Arcanjo; REIS, Thays Assunção. **Jornalismo, mídia e sociedade: as experiências na região tocantina**. EDUFMA, 2017.

NUNES, Maria Terezinha; REGO, Andrea de Castro Souza. **Assédio Moral e Sexual**. Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça. Senado Federal, 2011. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/509899>. Acesso em 23 de junho de 2019.

PORTELA, Monique Ryba. **Percepção do assédio moral e sexual contra mulheres jornalistas em Curitiba**. Trabalho de Conclusão de Curso. Curso de Comunicação Social. Universidade Federal do Paraná, 2018.

ROCHA, Paula Melani; SOUSA, Jorge Pedro. O mercado de trabalho feminino em jornalismo: análise comparativa entre Portugal e Brasil. **Impulso**, Piracicaba, jan.-jun. 2011.

SANTOS, Marli dos; TEMER, Ana Carolina Rocha Pessôa. Jornalismo no feminino: a mulher jornalista, subjetividades e atuação profissional. **C&S** – São Bernardo do Campo, v. 38, n. 3, p. 35-58, set./dez. 2016

SAFFIOTTI, Heleith. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

_____. ALMEIDA, Suely Souza. **Violência de gênero**: poder e impotência. Rio de Janeiro: Livraria e Editora Revinter, 1995.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, pp. 71-99.

VEIGA, Marcia. Gênero: um ingrediente distintivo nas rotinas produtivas do jornalismo. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Florianópolis, v. 9, n.2, 2012.

Recebido em: 19-09-2022

Aprovado em: 22-11-2022